

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Comunicado

O TCE enviou à Assembleia o acórdão que prevê multa a seis ex-secretários de Marconi (três da Fazenda e três da Saúde) por irregularidades no uso da Conta Centralizadora. São eles: Simão Cirineu, José Taveira, Ana Carla Abrão, Leonardo Vilela, Halim Girarde e Antônio Faleiros.

Informação

O acórdão, que serve apenas como subsídio para análise de contas de governo e elaboração de peças orçamentárias, aponta que recursos vinculados à Saúde foram encaminhados à Conta Centralizadora.



Legislativo derruba vetos do governador à LDO para 2020

Em votação unânime, a Assembleia Legislativa derrubou ontem os vetos do governador Ronaldo Caiado (DEM) à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020. Com trechos que diziam respeito a emendas impositivas e ao orçamento do próprio Legislativo, o resultado em Plenário já era esperado e havia sido anunciado previamente pelo presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB).

A principal mudança em relação ao parecer do relator Henrique Arantes (PTB), aprovado na semana passada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), diz respeito aos recursos da reserva extraordinária. Conforme mostrou a coluna Giro na semana passada, o fundo foi criado

no início do ano e poderia ser utilizado, na forma de créditos especiais, para casos de “despesas justificadamente imprescindíveis”, se não houvesse recursos disponíveis.

A redação original da LDO, enviada pelo Governo, previa que Caiado pudesse usar 100% do recurso sem necessidade de aprovação prévia da Assembleia. Durante a tramitação, contudo, os deputados modificaram o texto para obrigar a submissão de todos estes créditos à análise do Legislativo.

Ao POPULAR, entretanto, Lissauer explicou que foi procurado por técnicos do Governo que expuseram a necessidade do Estado de, em momentos de urgência, usar esses recursos - e

que não haveria tempo hábil para esperar a tramitação no Legislativo. “Então nós acordamos que iríamos manter o veto e depois, na Lei Orçamentária Anual (LOA), no final do ano, estabelecemos que 30% ele poderá usar livremente; mas os 70% precisarão passar pela Casa”, acrescentou.

Ao vetar, o próprio governador já havia justificado que o “prazo de tramitação de projetos de lei para abertura de créditos especiais pode impossibilitar a apropriação de despesas obrigatórias tais como a folha de pagamento” e outros serviços essenciais.

O trecho que diz respeito aos recursos extraordinários foi mantido a partir de destaque

apresentado em Plenário pelo líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), que sustentava apenas o veto a este dispositivo.

Também havia, entre os dispositivos vetados, um que previa orçamento de R\$ 159 milhões para o Legislativo. Na LOA, contudo, há a previsão de que a dotação seja reduzida, ficando entre R\$ 90 milhões e R\$ 100 milhões. “Desde que o governo cumpra integralmente”, ressaltou o presidente.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

O principal embate envolvendo os vetos dizia respeito às sanções, incluídas também pelos deputados na matéria, para caso o chefe do Executivo caso não cumprisse o pagamento

das emendas impositivas.

São, no total, dez artigos que incluem não só possíveis punições - previstas nas leis do Impeachment e de Improbidade Administrativa, mas também regras para o cumprimento do impositivo. Lissauer, entretanto, havia antecipado que não só articularia a derrubada dos vetos como também garantiria que as mesmas sanções e regras estariam previstas em outras leis orçamentárias, como a LOA e o Plano Plurianual (PPA).

A intenção, segundo ele, era garantir que, independente de serem de situação ou de oposição, os deputados veriam atendidos os pleitos que acrescentaram, via emendas impositivas, ao orçamento do Estado.



Nova OS assume em 5 dias

SAÚDE Vencedor de chamamento público, INTS vai administrar o Hugo no lugar do Instituto Haver. Gestão do hospital está em fase de transição e possibilidade de demissões preocupa funcionários

Jéssica Torres
jessica.torres@opopular.com.br

O Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) começará a ser gerenciado por uma nova Organização Social (OS) no próximo domingo (25), segundo informações da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES). Na última semana, o resultado final do chamamento público definiu o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS) como responsável pela gestão da unidade. Em nota a SES afirma que “é provável que ocorram alguns desligamentos de trabalhadores durante o processo de transição”. No entanto, não informou números e disse que os critérios adotados serão definidos pela OS vencedora.

A unidade já está em fase de transição da gestão e o clima é de insegurança entre os funcionários, que temem perder os empregos. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde/GO), Flaviana Alves, diz que mudanças foram citadas em conversa com um dos responsáveis pelo gerenciamento da unidade, em março deste ano. “Disseram que contrataríamos novos funcio-



Entrada do Hugo, principal unidade de urgências e emergências da capital

nários, escalados em novo regime de 12/36 horas, diferente do exercido até então de 12/60”, explica. “A turma que entrou agora substituiria trabalhadores do regime antigo após período de experiência”, acrescenta.

Flaviana disse ainda que foi informada que aqueles trabalhadores que tivessem interesse em migrar para a nova carga horária seriam recontratados. Já os demais, desligados. Segundo ela, a nova empresa responsável seguiria a mesma política.

Lúcia Gobbi, participante do programa Estúdio entre o Grupo Jaime Câmara e a

“Sobre desligamentos e admissões não temos nada concreto”, garante. Em nota, o INTS “reitera o compromisso de uma transição gradual e respeitosa”. Segundo a assessoria de imprensa da OS, ainda não houve a assinatura do contrato de gestão, e a previsão é que seja realizado amanhã.

ADESÃO

O Instituto Haver, por sua vez, relata que o que ocorreu em meados de março para abril foi a contratação, via CLT, de 100 técnicos de enfermagem com carga horária de 12/36 horas e que fez um acordo sindical com o Sindicato de Enfermagem do Estado de Goiás (Sienf) para que os colaboradores, que já prestavam serviço no hospital com carga horária 12/60, pudessem aderir de forma voluntária à mudança para 12/36 horas, com aumento de salário para aqueles que exercessem 40 horas semanais ao invés de 30.

O texto conclui ainda que “a proposta foi feita com aval do sindicato, e nenhum servidor foi obrigado a aderir, tanto que aqueles que não quiseram permanecer com a forma antiga. A contratação dos profissionais foi realizada para suprir o déficit quantitativo e qualitativo

na assistência aos pacientes”.

A assessoria de imprensa do Instituto Haver informou que, no dia 16 de agosto, foi realizada uma primeira reunião do grupo técnico de transição. Durante o encontro, a temática de desligamentos foi levantada, mas se posicionou contra a redução de colaboradores. As mudanças necessárias ainda estão em pauta, conforme as OSs envolvidas.

O Hugo, de acordo com a assessoria de imprensa, possui atualmente 609 servidores efetivos e 1153 servidores contratados via regime CLT. O hospital realiza em média, 2452 atendimentos de urgência e emergência, 2666 consultas ambulatoriais e 1084 saídas hospitalares mensalmente. Desde o início da gestão do Instituto Haver, foram realizados 6 processos seletivos, com oferta de 389 vagas de emprego, para diversas categorias, com geração de 196 postos de trabalho.

O INTS será a terceira OS que assume a administração do hospital. A empresa tem sede em Salvador e foi fundada em 2009. Em seu site consta que é responsável pela gestão de 12 unidades de saúde. O contrato tem validade de 48 meses.



Plenário derruba veto à LDO

O dispositivo que previa um orçamento de R\$ 159 milhões para a Casa na LDO foi rejeitado pelo Governador

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

Em entrevista coletiva à imprensa no final da sessão ordinária desta terça-feira, 20, o presidente Lissauer Vieira (PSB) comentou a derrubada de vetos da Governadoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo ele, a dotação da Alego, para 2020, deverá ser reduzida na próxima Lei Orçamentária Anual (LOA). A intenção é ajustar esse valor para se chegar a um número mais real.

O dispositivo que previa um orçamento de R\$ 159 milhões para a Casa na LDO, para o próximo ano, foi vetado pelo governador e derrubado pelos parlamentares. Apesar disso, o presidente adiantou que a expectativa é colocar um valor entre R\$ 90 milhões e R\$ 100 milhões na LOA.

"Historicamente nós vivíamos e ainda vivemos um mundo de faz de conta; o Governo mandava o orçamento baixo, a Assembleia jogava lá em cima e depois o Governo não cumpria nem o que mandou. Mas essa prática continua e é isso que nós queremos quebrar. Para o ano que vem, nossa proposta é reduzir o



Após a votação, o presidente da Alego, afirmou que orçamento da Casa será ajustado na LOA 2020

valor do nosso orçamento. Dá para reduzir esse valor consideravelmente na LOA, calibrarmos algo em torno de R\$ 90 a R\$ 100 milhões, desde que o governo cumpra integralmente", afirmou.

Também fez parte do acordo com o Executivo a manutenção do veto, apreciado em destaque, ao artigo que estipulava que 100% dos recursos extraordinários precisariam de autorização prévia do Legislativo.

"O Governo nos explicou que existem algumas questões emergenciais onde precisa fazer o pagamento de um dia para o outro. Então, fizemos um acordo que prevê que 70% desses recursos precisarão passar pela Casa e 30% serão livres para o Governo executar

essas medidas emergenciais. Nós não queremos de forma alguma atrapalhar o bom andamento do Governo, mas nós também precisamos saber para onde estão indo esses recursos e como estão sendo aplicados. Esses 30% serão colocados na LOA", explicou.

Sessão ordinária

A sessão ordinária dessa terça-feira, 20, aprovou durante a votação da Ordem do Dia a derrubada do veto da Governadoria do Estado, sob o projeto nº 4540/19, ao autógrafo de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020, por 31 votos não e nenhum voto sim.

Ainda nesse processo, em acordo entre os poderes, os

deputados mantiveram, por 20 votos sim e 13 votos não, o veto da Governadoria ao destaque de receitas extraordinárias que o Governo precisa remanejar. Trata-se do inciso 2º do artigo 35. A mesa diretora esclareceu que bastava maioria simples dos deputados presentes e não 21 votos para manter o veto.

Complementarmente, na Lei Orçamentária Anual (LOA), ficará estabelecido, em acordo entre os dois poderes, que o remanejamento do Governo poderá ser feito sem autorização da Assembleia desde que não supere 30% do total.

Tramitação

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Re-

dação da última quinta-feira, 15, o veto foi distribuído para relatoria do deputado Henrique Arantes (PTB), que deu parecer pela rejeição total do veto. O parlamentar destacou que o veto parcial atingiu apenas as alterações feitas pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas ao projeto.

"Era um acordo que foi construído entre os três Poderes, foi discutido, inclusive, com a secretária de Economia. Foi compromissado, foi acordado e foi vetado. Por isso, peço a derrubada desse veto". O parlamentar pediu ainda que os parlamentares não pedissem vista, já que poderia implicar em atraso na folha de pagamento do Legislativo.

Todos os membros seguiram o parecer do relator e o veto foi derrubado.

Justificativa

Entre as razões para os vetos aos artigos estão a inconstitucionalidade de vinculações propostas, a invasão de competência exclusiva ao Executivo e "por se tratar de temas estranhos à LDO". Além disso, foram vetados os incisos que tratam do limite de despesas correntes e de capital da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas dos Municípios.

De acordo com a Secretaria de Economia, a previsão supera de forma significativa os valores efetivamente repassados nos últimos exercícios e estão acima da capacidade de desembolso financeiro do Tesouro Estadual.



Hugo pode demitir 150 médicos até domingo

Um grupo de 452 técnicos de enfermagem e 146 médicos estão com seus empregos em risco no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo); os números representam mais da metade do quadro geral desses profissionais na unidade. A situação coincide com a transição de administração da unidade, que passa do Instituto Haver para o Instituto Nacional de Amparo a Pesquisa e Tecnologia Inovação na Gestão Pública (INTS) no próximo domingo (25). O assunto foi discutido em uma reunião do grupo técnico de transição, ocorrida na manhã de segunda-feira (12) entre representantes das Organizações Sociais (OSs) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO).

De acordo com um participante do encontro, que pediu para não ter o nome divulgado, a diretoria do INTS levantou a possibilidade de provocar as demissões antes mesmo de assumir a gestão do Hugo. Na mira do instituto, segundo o denunciante, estão médicos contratados em regime celetista e técnicos de enfermagem que cumprem jornada de 12h/60h, ou seja, 30 horas semanais.

“A proposta deles, atualmente, é inexequível caso mantenham os contratados com carteira assinada. Por isso, pretendem providenciar as demissões ainda nessa semana, sob administração da Haver”, ressalta o representante. Segundo ele, quando a ideia foi mencionada, a reunião foi subitamente interrompida para que Estado e INTS discutissem a viabilidade dos cortes. “Depois, a diretoria do INTS voltou dizendo que, no caso da Haver



A situação coincide com a transição de administração da unidade

assumir a tarefa [demissões], o Estado arcaria com as verbas rescisórias”, revela a fonte.

De acordo com o integrante do grupo técnico, a iniciativa chama atenção por contrariar uma recomendação do Ministério Público do Trabalho (MPT). “Na época em que a Haver assumiu o Hugo, ano passado, em situação de emergência, uma das recomendações do Ministério Público do Trabalho era que as contratações ocorressem no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Até o momento seis processos de contratação foram executados pela atual gestão e o plano deles [INTS] é justamente reverter isso, passando para contratos de Pessoa Jurídica”.

Estresse nos corredores

A possibilidade de demissão em massa já percorre os corredores da unidade, que tem equipe composta por um total de 760 técnicos de enfermagem e 290 médicos – entre outros profissionais – para realizar cerca de 2.380 atendimentos emergenciais, 1.120 internações e 3.415 con-

sultas ambulatoriais mensalmente. “Funcionários estão com medo de serem mandados embora. “Funcionários estão temerosos, mas essa situação deixa mais algumas dúvidas: se essas demissões ocorrerem, quem irá atender a população até domingo? Como e quanto tempo levarão para realizar novas contratações?”, questiona o integrante do grupo de transição.

A situação, porém, é confirmada pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores(as) do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde/GO), Flaviana Alves. Ela ressalta, porém, que a o ímpeto demissional surgiu, pelo menos, desde março de 2019, quando teve início o processo licitatório que resultou na redução, em contrato, dos valores mensais a serem repassados pelo Estado.

“A Haver também pensava em reduzir os contratos de quem trabalhava 30h semanais. Era uma escolha administrativa. Queriam, como agora quer a INTS, transformar tudo em jornadas de 12h/36h, 40 horas semanais. É mais econômico e explora melhor o trabalhador”, recorda Flaviana.



Gastos com Educação

Helio de Sousa solicitou ao TCE histórico de aplicações na Educação desde 2011

20/08/2019 10:24 --- Por Felipe Cardoso ---

Presidente da Comissão de Educação, deputado critica intenção do governador em vincular investimentos na UEG



Foto: Divulgação

O deputado Helio de Sousa (PSDB) considerou, durante a reunião parlamentar da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembleia Legislativa (Alego), a intenção do governador Ronaldo Caiado (DEM) de inserir os recursos destinados a Universidade Estadual de Goiás (UEG) no percentual de 25% destinados à educação básica um fator “preocupante”.

Ao **Jornal Opção** o parlamentar disse acreditar que os 25% previstos em lei devem ser destinados exclusivamente ao ensino básico. “Educação superior não é responsabilidade do Estado”, disse.

OPÇÃO (20/08)



“O governador está indo na contramão da história quando não valoriza da Educação de seu povo. Na verdade, vemos que, ao invés de aumentar as aplicações na Educação, o governo quer reduzir suas despesas para 23%”, destacou o deputado.

Requerimentos

A base do governador Ronaldo Caiado na Alego tem argumentado ser favorável à Educação, no entanto, as gestões anteriores não aplicaram o percentual imposto pela legislação e o governador não quer correr o risco de cair na improbidade — há quem diga que as gestões de Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB, sequer atingiram os 21%. Para sanar essas dúvidas, o parlamentar solicitou ao TCE o histórico de aplicações dos anos de 2011 em diante. Dentre eles, inclusive, as aplicações do primeiro quadrimestre de 2019.

“Tem sido usado como retórica que o governo passado não teria gasto o que manda a legislação. Então eu quero, com isso, saber se estavam mesmo gastando, o quanto gastou e como foi aplicado. Dessa forma teremos dados para concordar ou discordar daqueles que estão os denunciando”, explicou o deputado que teve a solicitação para encaminhamento de ofício aprovada pela comitiva.

O tucano disse acreditar que esta discussão entrará na pauta ainda este mês. “Inicialmente o governo recuou. Agora o retorno dessa pauta vai depender do líder do governo e do presidente da Casa. Os parlamentares da base podem até votar com o Governo, mas certamente não terão condições de discutir uma matéria como essa.

Emendas vetadas

Quanto ao pacote de emendas vetadas pelo governador, o deputado disparou: “Já derrubamos na CCJ [Comissão de Constituição, Justiça e Redação] e vai ser derrubado em plenário também. É uma vontade quase unânime dos parlamentares. É lamentável que o governo tente confrontar com a Casa. Com isso, ele (o governador) está desprezando nosso papel de legislador. Se os vetos de Caiado não forem derrubados a Casa perderá toda sua independência e ficará desmoralizada”, pontuou.